ILUSÃO DA LIBERDADE: A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA COMO AMEAÇA SOCIAL

Autor(res)

Luciana Calado Pena
Luana Ayla Lopes De Moro
Pedro Lucas Alves Batista

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A proposta de legalização da maconha no Brasil tem gerado debates intensos na sociedade, principalmente entre aqueles que veem a medida como um avanço no campo das liberdades individuais e os que alertam para riscos sociais e sanitários. Seus defensores argumentam que a mudança legislativa poderia reduzir a criminalidade, ao passo que os críticos apontam o possível aumento do consumo, a sobrecarga do sistema de saúde e a permanência de redes ilegais de comercialização. A discussão é especialmente sensível em países como o Brasil, que apresentam altos índices de desigualdade, fragilidade institucional e baixa efetividade das políticas públicas de prevenção e tratamento. Nesse contexto, o presente trabalho propõe uma análise crítica dos impactos negativos que a legalização da maconha pode trazer ao cenário brasileiro, considerando aspectos relacionados à saúde pública, segurança e estrutura social.

Objetivo

Analisar os potenciais malefícios da legalização da maconha no Brasil, com base em dados científicos e em experiências internacionais, a fim de compreender os impactos sociais, na saúde e na segurança pública.

Material e Métodos

A metodologia adotada neste trabalho é qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica de caráter crítico. Foram analisados artigos científicos, relatórios de instituições de saúde e dados de políticas públicas nacionais e internacionais. Destacam-se como fontes o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (INPAD), a Organização Mundial da Saúde (OMS), além das experiências de países que legalizaram o uso recreativo da maconha, como o Uruguai e estados norte-americanos, como o Colorado.

O foco da análise foi identificar correlações entre a legalização e o aumento do consumo, da dependência, dos efeitos sobre o sistema de saúde e da manutenção de mercados ilegais. O estudo se baseia na realidade social brasileira, considerando fatores como a desigualdade socioeconômica, a falta de infraestrutura em saúde mental e as vulnerabilidades institucionais.

Resultados e Discussão

As evidências indicam que, em locais onde a maconha foi legalizada, como o Colorado (EUA), houve um aumento no número de usuários, especialmente entre adolescentes, além do crescimento nas taxas de internações hospitalares e de acidentes de trânsito relacionados ao uso da substância.

No Brasil, a fragilidade das políticas públicas voltadas à prevenção e ao tratamento da dependência representa um obstáculo significativo. A legalização pode ainda manter ou até fortalecer o tráfico, que passa a operar com versões mais potentes da droga, alimentando um mercado paralelo.

Outro ponto crítico é a banalização da substância, que pode comprometer a percepção de risco e estimular o uso precoce. Tais fatores configuram uma ameaça à saúde coletiva e à segurança social, sobretudo entre as populações vulneráveis, que têm menos acesso a tratamento e informação.

Portanto, os riscos da legalização, no atual contexto brasileiro, superam os potenciais benefícios.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a legalização da maconha no Brasil pode representar mais riscos do que soluções. Em vez de combater o tráfico e promover a saúde, a medida pode agravar problemas sociais já existentes, como o aumento do uso entre jovens e a sobrecarga dos serviços públicos.

O debate deve ser conduzido com responsabilidade, fundamentado em dados científicos e com foco na preservação da saúde pública e da ordem social.

Referências

INPAD – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas. Relatório Nacional, 2019.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Relatório sobre saúde mental e uso de substâncias psicoativas, 2021.

Smart Approaches to Marijuana. Lessons from Colorado and other U.S. states. Washington, D.C., 2020.